

2. OBSERVATÓRIOS SOCIAIS

Lisandra Guerrero Pérez

Mônica Erichsen Nassif

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, é realizada uma análise dos traços mais significativos que caracterizam os Observatórios Sociais (OS). Primeiramente, analisaram-se os primórdios dos OS e a sua evolução ao longo de mais de quatro décadas de atuação, seguida de uma análise teórica de diversos trabalhos destacados na literatura sobre o estudo dos OS. Para uma melhor compreensão do fenômeno, as publicações analisadas foram selecionadas com base em dois períodos: 1) 2000 a 2009; e 2) 2010 a 2020. Nesses estudos, foram examinados os principais conceitos, características, funções e aspectos contemporâneos dos OS. O capítulo apresenta, ao final, uma proposta de conceito de “observatório social” sob a abordagem da Ciência da Informação.

2.2 CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E FUNÇÕES (PERÍODO DE 2000-2009)

A revisão bibliográfica realizada para esse estudo mostrou que a maioria das pesquisas sobre a conceitualização e a análise das características e funções dos OS teve seu auge entre os anos 2000 e 2009. Nesse período, houve um maior número de publicações científicas que tentavam analisar a origem e a evolução dos OS, com o propósito de entender sua importância nas realidades sociais nas quais estavam inseridos. Nessa década, destacam-se as pesquisas de Bagero (1996), Vinck (1996), De La Vega (2002), Testa (2002), Rey (2003), Getino (2004), Mattelart (2004), Antunes e Manguiera (2005), Albornoz e Herschmann (2006), Herrera Damas (2006), Husillos (2006), Urdapilleta Meza (2006), De La Vega (2007), Gregorio Grécia ([2007?]), UN-ESCWA (2008), Frausto Martínez e Thomas Ihl (2008), Gimenez e Valente (2008), Angulo Marcial (2009) e Vallejo Moreno, Adelaida Echavarría e Uribe Londoño (2009). Esses trabalhos visavam teorizar sobre

o conceito “observatório”, as estruturas e tipologias de OS, bem como os métodos usados no processo de monitoramento de informação.

Albornoz e Herschmann (2006) já observavam, naquele contexto inicial de debate sobre os OS, a existência de uma escassa reflexão teórica, principalmente na região de Ibero-América, sobre os OS, embora houvesse contribuições pioneiras como as mencionadas anteriormente. Os autores também destacaram a importância dos dados públicos fornecidos pelos OS, ressaltando a necessidade de que os instrumentos metodológicos e os de divulgação dos resultados da observação realizada sejam de boa qualidade. Além disso, advertiram que a diversidade de OS existentes até 2006 constituía outro fator relevante em seus estudos, conforme explicam abaixo:

Em outras palavras, a grande variedade de origens, estruturas, temáticas tratadas, objetivos programáticos, metodologias utilizadas, âmbitos de atuação e grau de evolução, que caracterizam hoje o universo dos observatórios sociais, são em geral pouco perceptíveis ao público, mas afeta de forma significativa o trabalho desses organismos. Assim, encontramos em funcionamento na nossa investigação - na Espanha, Brasil e Argentina, países em que mais vêm sendo criados esses organismos nos últimos anos - inúmeros observatórios dedicados às tecnologias da informação e comunicação, ao jornalismo e às políticas e indústrias culturais com perfis e trajetórias bastante variadas (Albornoz; Herschmann, 2006, p. 4-5).

De forma geral, observa-se que os primeiros OS criados estavam focados na observação da esfera midiática e na área de ciência e tecnologia. Nota-se que, desde a década de 1990, vários pesquisadores de diversos países tentaram analisar o nascente fenômeno dos OS (Bargero, 1996; De La Vega, 2002; Testa, 2002). Por exemplo, Vinck (1996) já alertava, naquele contexto de transformações tecnológicas, sobre a necessidade de contar com um observatório de ciência e técnica para reflexionar, definir e avaliar estratégias e políticas científicas e técnicas. Vinck (1996) analisou os fundamentos e as bases de dois OS existentes na França naquele momento: o Observatório de Ciências e de Técnicas (OST) e o Observatório do Polo Científico e Técnico de Grenoble (OSST). A existência desses dois OS nos primeiros anos da década de 1990 evidencia a necessidade latente da sociedade por mais acesso a informações precisas e de qualidade.

O OST, criado em 1990, foi constituído por um grupo de ministérios e organismos de pesquisas nacionais. Esse OS tinha dois objetivos definidos: construir indicadores científicos e técnicos, com o objetivo de produzir conhecimento quantitativo sobre o sistema de investigação, desenvolvimento e inovação; e descrever o sistema nacional de investigação, desenvolvimento e inovação (Vinck, 1996). É interessante como, desde sua origem, foi definido com clareza o conjunto de processos básicos que deveriam desenvolver os OS. O OST estabeleceu um conjunto de ações (as quais podem, sem dúvida, ser consideradas atividades de um observatório contemporâneo), conforme descrito abaixo (Vinck, 1996):

- Conceber e definir indicadores macros, métodos ad hoc de coleta, tratamento e interpretação de dados;
- Trabalhar a partir de dados existentes em bases de dados nacionais e internacionais: utilizar, avaliar e cruzar dados existentes, o que implica identificá-los, conhecer como são obtidos, tratá-los, compará-los e reagrupá-los em um corpus comum;
- Refletir acerca dos modelos conceituais do sistema de ciências, técnicas e sociedade: trata-se de refletir acerca das relações entre as análises qualitativas e as quantitativas a partir de um trabalho interdisciplinar;
- Construir indicadores em estreita relação com a demanda;
- Ser confiável: é essencial o trabalho com especialistas relacionados aos modelos conceituais e às metodologias.

Também foi criado nessa década, especificamente em 1992, o OSST. A criação desse observatório foi motivada pela necessidade de conhecer melhor o polo de Grenoble — composto por instituições de pesquisa, três universidades, nove escolas de engenharia, uma escola de arquitetura e outra de comércio, oito organismos de nacionais de pesquisa e alguns laboratórios nacionais — e poder definir uma política ou estratégia científica concertada para o futuro (Vinck, 1996).

Dentre as missões do OSST, destacam-se as seguintes: promover a pesquisa; melhorar a qualidade de vida de seus habitantes; incrementar a abertura internacional; e melhorar a visibilidade e o conhecimento do polo.

O principal objetivo do OSST foi ampliar seu conhecimento por meio da produção de dados e indicadores, bem como de uma representação global confiável das atividades científicas e técnicas dos estabelecimentos da região. Esse observatório local foi um espaço de inovação em termos de concepção dos indicadores.

Segundo um estudo realizado por Herrera Damas (2006), os OS que monitoravam a esfera midiática desde a década de 1990 constituíam instâncias de supervisão midiática que vigiavam e controlavam a atividade da mídia. Com o tempo, no entanto, essas instâncias ampliaram suas funções sociais. O objetivo inicial dos OS sobre a mídia era criticar e questionar o trabalho desenvolvido por ela, dentro do fenômeno 'media criticism' (Herrera Damas, 2006), devido à ausência de uma cultura crítica efetiva à mídia e à necessidade urgente de revisar o conteúdo fornecido por esse setor. Segundo os resultados obtidos na pesquisa desenvolvida em 2006, Herrera Damas (2006) explica que os OS de América Latina que analisavam a mídia naquele período possuíam características compartilhadas, como as descritas a seguir:

- O reconhecimento da importância da comunicação e da mídia para a democracia;
- A insatisfação com a atual situação na qual se encontra a mídia;
- A reivindicação de outra forma de entender a prática jornalística;
- A reivindicação de outro público consumidor da mídia;
- O exercício constante, regular e sistemático do monitoramento;
- A sua intencionalidade revisionista e reformista;
- O seu caráter propositivo e uma finalidade mais prescritiva que descritiva;
- A diversidade e criatividade nas suas atuações;
- A convicção da importância em divulgar sua atividade;
- A predileção pelo uso das novas tecnologias, com preferência pela Internet.

De forma geral, os OS, independente da área de observação, enfrentavam desafios nos primeiros anos do atual milênio, segundo estabelecido Getino (2004). Esses desafios ainda permanecem vigentes e são formulados como objetivos explícitos na maioria dos OS contemporâneos:

[...] o desafio deste trabalho de observação e análise não é tanto o de denunciar ou criticar (o que é também uma possibilidade legítima), mas o de orientar com o fim de elaborar ideias e propostas que contribuam para o aperfeiçoamento das políticas de algum setor e/ou que promovam o desenvolvimento do conjunto das indústrias culturais locais/nacionais, sempre tendo como parâmetro os interesses coletivos e não somente os interesses de um setor específico (Getino, 2004, p. 141, tradução nossa).

Quanto ao significado do termo “observatório”, Husillos (2006) afirma que está em consonância com a etimologia latina *observare*, que significa examinar ou estudar com atenção, advertir ou dar-se conta de uma coisa, fazer notar ou marcar. Husillos (2006) também identifica três tipos de observatórios, correspondentes às etapas de sua evolução ao longo do tempo, desde seus primórdios:

- **Centro de documentação:** é o conceito de origem e, neste caso, o observatório é uma biblioteca dedicada a uma temática específica, cuja missão se baseia em armazenar e classificar informações e documentos;
- **Centro de análises de dados:** considera o observatório como uma ferramenta de apoio à tomada de decisão. Sua missão principal é: (a) recolher, processar e fornecer informações e (b) conhecer melhor e compreender a temática em questão, mediante estudos com a participação de especialistas;
- **Espaço de informação, intercâmbio e colaboração:** corresponde ao conceito de observatório no contexto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Sua missão é: (a) reunir, tratar e difundir informações; (b) conhecer melhor o assunto em questão; e (c) promover a reflexão e o intercâmbio do conhecimento em rede.

Para Enjuto (2010), um observatório constitui um organismo criado por um coletivo, com o objetivo de acompanhar e avaliar um fenômeno, normalmente de caráter social, a partir de uma posição vantajosa. Urdapilleta Meza (2006) estabelece que os OS têm como principal finalidade a avaliação e o acompanhamento de diversas problemáticas de caráter social, definindo-os como o conjunto de estruturas que possibilita obter uma visão ampla da evolução de determinados fenômenos e acontecimentos sociais. Um bom observatório, de acordo com Gregorio Gracia ([2007?]), estabelece de maneira precisa o assunto de interesse, a sua posição em relação ao tema objeto de estudo e os princípios (parcialidade) que regem o seu funcionamento. Gregorio Gracia ([2007?]) também destaca que a metodologia a ser desenvolvida e o compromisso de oferecer um serviço informacional fazem parte das características essenciais que os OS devem possuir.

Uma definição bastante completa é publicada pela UN-ESCWA (2008), considerando tanto elementos relacionados aos processos desenvolvidos no interior dos OS quanto aspectos relacionados às suas funções sociais. Segundo a UN-ESCWA (2008), os OS representam instrumentos institucionais vitais para informar políticas, monitorar tendências, rastrear o impacto de programas e antecipar potenciais áreas de tensão ou mudanças. Entre os principais objetivos dos OS, destacam-se: coletar, analisar e divulgar dados; realizar pesquisas de opinião e avaliação; construir conhecimento, capacidades e abordagens baseadas em evidências para a política social; divulgar informações ao público; fornecer links e incentivar o trabalho em rede e a parcerias – sendo esses links uma marca importante dos OS- (UN-ESCWA, 2008).

Quanto às características gerais dos OS, Frausto Martínez e Thomas Ihl (2008) propõem um conjunto de aspectos que podem caracterizar os observatórios tradicionais, apresentando os seguintes pontos em comum:

- Ter uma forte promoção do Estado ou das universidades privadas nos territórios;
- Possibilitar a coleta de informações;
- Através da coleta de informações, possibilitar e facilitar a tomada de decisões dos atores de poder;

- Utilizar informações de várias fontes existentes e multiplicá-las nos lugares onde estão assentados;
- As informações mais representativas dos observatórios possibilitam a interpretação dos fatos mais significativos do desenvolvimento das comunidades objeto de estudo;
- As informações interpretadas nos observatórios dão lugar a possíveis processos de pesquisa e de análises significativas, como as pesquisas quantitativas e qualitativas;
- Gerar espaços de serviços partindo das necessidades reais dos objetos de estudo, aplicando o desenvolvimento estratégico e objetivo;
- Os observatórios possibilitam a gestão do conhecimento em assuntos não usuais e garantem informações mensuráveis, utilizáveis e aplicadas à realidade.

Segundo Herrera Damas (2006), os observatórios entendem que o exercício de revisão do conteúdo deve ser uma prática relativamente constante, regular e sistemática. Não se trata apenas de seguir o conteúdo de maneira episódica ou circunstancial, mas de integrar o processo de monitoramento como parte intrínseca dos OS. O exercício de monitoramento deve ser constante, regular e sistemático; deve ser rigoroso e estar baseado no uso correto de instrumentos metodológicos visando mostrar imparcialidade em suas análises.

Os OS, além de revisar conteúdos, realizar relatórios e análises e capacitar os usuários, também possuem a função de publicar ou disseminar o conteúdo de sua atuação, conforme Herrera Damas (2006). A publicação dos resultados do monitoramento de informação converte-se em uma das primeiras e principais atividades desenvolvidas pelos OS (Herrera Damas, 2006). A questão não reside em divulgar por divulgar; os OS reconhecem e entendem a importância da comunicação e difusão de suas revisões de conteúdo. Em concordância com isso, Rey (2003) explicava que um traço importante dos OS era a devolução dos resultados do monitoramento de informação aos cidadãos, assim como os processos de apropriação social da reflexão que seus diagnósticos suscitam. “O trabalho dos observatórios não é outro que dar a conhecer publicamente, através de relatórios

periódicos, os resultados das investigações realizadas” (Broullón Pastoriza *et al.*, 2005, p.45).

Diante das premissas expostas pelos autores analisados até o momento, nota-se como os OS enfrentam importantes desafios sociais em seu processo de proliferação e desenvolvimento. Os principais desafios residem na necessidade de criar, melhorar e acrescentar os processos de avaliação e controle social das políticas públicas, planos e programas governamentais, visando propor soluções factíveis, consensuais e coerentes com a realidade observada.

Gimenez e Valente (2008) declararam que um primeiro desafio dos OS residia em contribuir ativamente para a democratização da informação, por meio de um sistema de informação permanentemente de livre acesso para sua utilização. Também estabeleceram que um segundo desafio estava na sua capacidade de incidência sobre as políticas públicas como garantia de vinculação entre a informação produzida e as ações e omissões do Estado. Para Gimenez e Valente (2008), os OS deviam estar estruturados em duas dimensões: uma de carácter técnico (pesquisa e monitoramento) e outra de carácter político (advocacia e participação). Somente por meio de uma verdadeira interconexão entre ambas as dimensões, produzindo um fluxo de informação bidirecional, torna-se possível o cumprimento dos objetivos propostos. (Gimenez; Valente, 2008). Segundo expõe a UN-ESCWA (2008), reunir dados necessários para melhorar a análise e a formulação de políticas sociais, de políticas públicas e do desenvolvimento econômico e social constitui parte da essência da atuação dos OS.

Um estudo desenvolvido por Vallejo Moreno, Adelaida Echavarría e Uribé Londoño (2009) identificou os fatores de sucesso dos OS, as dificuldades que enfrentam e os elementos principais para a estrutura de um OS, conforme descrito a seguir:

- Fatores de sucesso:
- Pertença a uma rede de OS;
- Participação do governo em um ou vários níveis;

- Possibilidade de divulgação e publicação de resultados de maneira periódica e em diferentes fontes;
- Planejamento estratégico de cada uma das fases e projetos associados, com indicadores que possibilitam a mediação periódica e objetiva dos resultados;
- Estrutura organizacional clara e definida, em que se estabelecem os papéis e responsabilidades de cada participante;
- Participação do setor acadêmico;
- Apoio de organismos não governamentais.
- Dificuldades:
 - Falta e imprecisão da informação para conformar as bases de dados, bem como a falta de padronização nos resultados;
 - Falta de recursos para a publicação dos resultados;
 - Ausência de um plano estratégico que garanta a continuidade dos estudos;
 - Diferenças ideológicas e econômicas que geram desequilíbrios e tensões;
 - Quantidade excessiva de participantes dentro de um mesmo OS;
 - Campo de ação definido de forma vaga.
- Elementos para a estrutura:
 - Deve-se aplicar exclusivamente a entidades que desenvolvem atividades relacionadas ao objeto do OS;
 - Deve-se apoiar no uso das novas tecnologias;
 - Deve ser racional na sua estrutura, neutro na sua posição avaliadora e objetivos sob a perspectiva metodológica, adaptando-se às mudanças, fenômenos ou tendências de um determinado setor.

Uma análise mais detalhada e concisa sobre os estudos realizados nessa década foi conduzida por Angulo Marcial (2009), cuja pesquisa destacou elementos relacionados às funções e definições dos OS sob a perspectiva das ciências sociais, reconhecendo que não havia um consenso nesse âmbito e que ele estava em processo de construção. Angulo Marcial (2009) declarou, naquele contexto, que os OS estavam associados e articulados a ferramentas e conceitos próprios da gestão do conhecimento, como boas práticas, aprendizagem organizacional, lições aprendidas, diretório de saberes, vigilância estratégica, redes de colaboração e uso compartilhado do conhecimento. O autor explicitou que seu trabalho constitui uma prévia de um estudo em andamento, destinado a evidenciar a congruência de localizar os OS no marco da gestão do conhecimento em instituições educativas e a destacar sua relação com a inovação educativa.

Angulo Marcial (2009) também declara, já evidenciando um enfoque sob a Ciência da Informação, que as funções de um OS são tão amplas quanto a sua capacidade de imaginação, sendo que a maioria delas se resume a tarefas relacionadas à transformação de dados e informações em conhecimento útil. O autor explicita que a captação e análise de informações, os processos de inovação, a análise e pesquisas, os critérios e indicadores, a formação e o intercâmbio e colaboração são algumas macrofunções desempenhadas pelos OS. Angulo Marcial (2009) conclui o seu estudo tentando oferecer um conceito de OS capaz de incluir, em si mesmo, algumas características e funções. De forma geral, ele define os OS como:

[...] um catalisador da inteligência coletiva que abre a participação a um maior número de agentes, e que requer de um ambiente propício para dar valor agregado a dados e informação e conhecimento a fim de ativar o potencial humano das organizações. Trata-se de uma estratégia colaborativa, e sua implementação implica incrementar e estimular o fluxo de informação pertinente em duas vertentes (Angulo Marcial, 2009, p. 12, tradução nossa)

As análises desenvolvidas no período de 2000 até 2009 sobre os conceitos, estruturas, funções e características dos OS contribuíram para a formulação de métodos, guias metodológicos e políticas destinadas a aprimorar implementação desses recursos informacionais. O desenvolvimento das TIC, aliado aos fundamentos teóricos dos estudos analisados até aqui, impulsionou a criação e proliferação de OS em diversas regiões e países.

O cenário atual dos OS demonstra que as pesquisas e iniciativas desenvolvidas nas últimas décadas não foram em vão, especialmente porque promoveram a influência e a participação dos OS nas decisões legislativas e governamentais, convertendo resultados do monitoramento informacional em sugestões e propostas para a construção de agendas públicas.

2.3 CONTEMPORANEIDADE DA OBSERVAÇÃO SOCIAL (PERÍODO 2010-2020)

A partir do ano de 2010, verifica-se na literatura analisada um aprofundamento da análise do impacto dos OS na sociedade. Contudo, observa-se, ao mesmo tempo, uma diminuição nas tentativas de teorizar ou analisar os fundamentos teóricos desse fenômeno informacional, em comparação com as pesquisas realizadas na década anterior. Nesse período destacam-se os trabalhos de Schommer e Moraes (2010), Enjuto (2010), Horsburgh *et al.* (2011), Valenzuela Montes e Soria Lara (2011), Schommer *et al.* (2011), Téllez Garzón (2012), Parreiras e Antunes (2012), Schommer, Nunes e Moraes (2012), Moreno-Espino *et al.* (2014), Sanabria Téllez e Cubillos Rodríguez (2014), Back (2016), Barros, Vasconcellos e Vasconcellos Sobrinho (2015), Guerrero Pérez e Nassif (2017), Moyares Norchales e Infante Abreu (2016), Rivera-González e Rubiano-Aranzaes (2016), Luna Salazar (2016), Queiroz (2017), Sager e Bossi (2017), De Bona e Boeira (2018), Schmidt e Silva (2018) e Sarmiento Reyes, Delgado Fernandez e Infante Abreu (2019).

No período de 2010 a 2020, destacam-se as pesquisas de Schommer e Moraes (2010), Schommer *et al.* (2011), Schommer, Nunes e Moraes (2012), cujo objetivo era analisar a atuação dos OS voltados à cidadania fiscal na promoção de controle social e da *accountability*¹¹, a partir da experiência do Observatório Social de Itajaí¹² (OSI). No trabalho publicado em 2010, Schommer e Moraes (2010) analisam, pela primeira vez, o boom de OS criados no Brasil com foco em cidadania fiscal e refletem sobre sua influência no controle social, bem como suas práticas, limites e dilemas na sua atuação. Nesse estudo, os autores concluem que:

11 “Processo de contínua responsabilização dos governantes por seus atos e omissões perante os governados” (Abrucio; Loureiro, 2005).

12 Disponível em: <http://www.ositajai.org/>. Acesso em: 8 dez. 2024

Conclui-se que observatórios sociais potencialmente aproximam governo e sociedade, articulam técnica e política em sua ação e contribuem para a qualidade da administração pública e da democracia. Embora enfrentem desafios, como o de produzir continuamente informações com credibilidade técnica-metodológica e o de envolver diversos segmentos da sociedade, refletem o potencial de engajamento da sociedade no controle social, em meio ao amadurecimento da cultura política e à incorporação da noção de accountability no arcabouço institucional brasileiro (Schommer; Moraes, 2010, p. 298).

No relatório técnico apresentado em 2011, Schommer *et al.* (2011) apresentara, dados sobre a estrutura e a atuação de OS ligados à rede Observatório Social do Brasil (OSB) de controle social. O estudo teve como propósito conhecer detalhes da trajetória, estrutura e metodologias de trabalho dos OS ligados ao OSB. A pesquisa contou com a participação de 20 OS da rede do OSB. Os resultados obtidos forneceram análises sobre esses OS, incluindo detalhes de sua criação e as motivações relacionadas à sua fundação. Também foram apresentados aos participantes desses projetos fatos marcantes de sua história, relatos sobre as conquistas realizadas e os desafios na criação e implementação desses OS. Além disso, o relatório técnico analisou a infraestrutura, os recursos e as equipes desses 20 OS, bem como sua governança e gestão, os meios de comunicação utilizados pelos OS para interagir com a sociedade, os tipos de fraude com que se deparam, as dificuldades enfrentadas e as parcerias e articulações estabelecidas. Parte desse estudo foi apresentada no artigo publicado em 2012 por Schommer, Nunes e Moraes (2012). Apesar de realizar uma análise interessante desses OS vinculados à rede do OSB, os autores não realizaram debates teóricos sobre os OS, limitando-se à análise da influência desses OS no controle social em suas áreas de atuação no Brasil.

Também, Téllez Garzón (2012) também desenvolveu um estudo relacionado com os OS e o controle cidadão no campo da comunicação, com o objetivo de analisar os espaços possíveis para identificar os limites entre a mídia e a democracia. Na sua tese, a autora realizou um estudo de caso múltiplo no Observatório da Imprensa (Brasil), na Veeduría Ciudadana de Comunicación Social (Perú) e no Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia (Colômbia), consideradas experiências de crítica midiática cada vez mais visíveis na América Latina. O estudo foi desenvolvido sob a abordagem da comunicação, sem tratar de elementos teóricos sobre o que é um OS, suas funções, características ou missões sociais. Téllez Garzón

(2012) reflete sobre questões de democracia, políticas públicas, comunicação, realidades cidadãs, concluindo que os OS são espaços para o diálogo e a participação, eixos fundamentais em todos os projetos democráticos.

No contexto da ciência hidrológica e da engenharia ambiental, Horsburgh *et al.* (2011) descreveram a arquitetura e os requisitos funcionais de um sistema de informação para observatórios ambientais. Os autores partem da ideia de que a coleta, gestão e publicação frequente de dados representam um grande desafio para a comunidade de cientistas dessas áreas. Com base nesses pressupostos, apresentam uma arquitetura de observatório capaz de coletar, organizar, armazenar, analisar e publicar dados de observações pontuais. Horsburgh *et al.* (2011) definem um observatório ambiental como um site instrumental em que os dados são coletados com resolução espacial e temporal suficientes para testar hipóteses de maneira estatisticamente significativa. Os autores também apresentaram um sistema exclusivo desenvolvido para atender a esses requisitos, implementado no banco de testes do observatório ambiental de Little Bear River, Utah, bem como em uma rede nacional de 11 locais de testes semelhantes. Os componentes de hardware e software demonstrados compreendem um sistema de informações do observatório que propicia não apenas o gerenciamento, a análise e a síntese de dados de observações ambientais para um único observatório, mas também a publicação dos dados na Internet em formatos simples de usar, facilmente acessíveis, grátis, detectáveis por outros e interoperável com dados de outros observatórios.

Sob o enfoque da modelagem social e da filosofia de agentes, Moreno-Espino *et al.* (2014) realizaram um estudo sobre como incluir a propriedade de “proatividade” nos observatórios tecnológicos. Os autores definem, em primeira instância, que um observatório tecnológico é um sistema que possibilita realizar vigilância tecnológica a partir da medição e do processamento de fontes de dados, visando apoiar a busca de informação relevante de modo que tribute aos interesses dos usuários. Moreno-Espino *et al.* (2014) partem da ideia de que essa tipologia de observatório não possui um sistema automatizado no processo de busca e disseminação de informação, tais como modelos de inteligência artificial, mineração de dados, entre outros. Os autores expõem que essas tarefas são desenvolvidas pelos próprios pesquisadores desses observatórios.

A partir disso, Moreno-Espino *et al.* (2014) consideram que os observatórios tecnológicos devem incluir, de forma automática, análises proativas das fontes de dados, com o objetivo de facilitar tanto o trabalho do pesquisador encarregado dessa tarefa quanto beneficiar os usuários na obtenção de uma informação que ainda não tenham solicitado. Os autores desenvolveram um observatório tecnológico que inclui a arquitetura de sistemas multiagentes e a modelagem social. O observatório proposto como piloto foi validado com 30 usuários, obtendo resultados positivos quanto ao retorno das buscas de informações proativas. Embora Moreno-Espino *et al.* (2014) não tenham declarado dados específicos sobre o observatório criado com essa filosofia, concluíram que a inclusão de características proativas melhorou o seu desempenho, antecipando-se às solicitações de informação dos usuários e fornecendo informações precisas a partir de seu próprio perfil.

Essa análise, desenvolvida por Moreno-Espino *et al.* (2014), gera debates interessantes e abre um leque de estudos para tentar identificar quais OS incluem técnicas de inteligência artificial capazes de fornecer serviços de informação automáticos e personalizados aos usuários. Considera-se que não somente essa tipologia de observatórios analisados pelos autores precisam de mecanismos automatizados. O uso de sistemas automáticos deve ser um requisito essencial em todos os OS, visando apoiar o trabalho desenvolvido pelos especialistas e pesquisadores dessas instituições. Não obstante, o uso dessas técnicas de inteligência artificial depende de vários fatores em cada contexto, especificamente aqueles relacionados ao orçamento, pois é preciso contar com especialistas da área da ciência da computação e com modelos e sistemas de inteligência artificial para desenvolver essas tarefas.

Barros, Vasconcellos e Vasconcellos Sobrinho (2015) analisaram o OS como um espaço de participação da sociedade civil no acompanhamento das políticas públicas de mobilidade urbana municipal. Nesse trabalho, foi estudado o Observatório Social de Belém, no Estado do Pará, como referência na compreensão de como os OS incidem na política pública. Os autores mostraram que o Observatório Social de Belém representa um espaço de diálogo entre a sociedade civil e o governo municipal, embora ainda precise potencializar ações para envolver voluntários com compromisso e participação. Esse estudo mostra, em termos teóricos, que a criação de

OS pode oferecer um cenário de diálogo e transparência de informações sobre as políticas públicas locais.

Rivera-González e Rubiano-Aranzaes (2016) realizaram uma análise dos antecedentes teóricos presentes na literatura sobre os OS, com o objetivo de criar um embasamento teórico que sustente a criação de um observatório voltado para o setor social, cooperativo e solidário no departamento de Tolima, na Colômbia. Os autores justificam a criação desse OS pela ausência de informação na região, o que dificulta a tomada de decisões e a promoção de ações coletivas, fatores que impedem reconhecer as tarefas das organizações no seu meio ambiente. Rivera-González e Rubiano-Aranzaes (2016) destacam que o trabalho colaborativo deve ser o eixo fundamental da construção do OS, baseado em aspectos como a multiculturalidade e a multidisciplinaridade. Os autores também declaram, explicitamente, que a implementação desse OS visa monitorar, difundir, fomentar e observar o conjunto de empresas e organizações que desenvolvem atividades de benefício coletivo e social. Esse estudo destaca, diferentemente da maioria das pesquisas realizadas nessa segunda década do milênio, ao propor um conceito genérico de OS sob uma abordagem social, capaz de ser usado em diversos contextos. Rivera-González e Rubiano-Aranzaes (2016) estabeleceram que um OS é:

Um instrumento das organizações sem ânimo de lucro em um marco visível e importante que aproveite suas experiências e saberes como uma forma de realçar os debates sobre a economia social e solidária, como uma alternativa no social e no econômico, diferente da do modelo de desenvolvimento capitalista. O observatório supõe, então, um ênfase marcada no conhecimento de sua própria identidade, da satisfação de necessidades visando elevar o nível de vida das comunidades, melhorar a governabilidade e a governança (Rivera-González; Rubiano-Aranzaes, 2016, p. 130-131, tradução nossa).

Aliás, Luna Salazar (2016) desenvolveu um estudo interessante sobre um tipo específico de OS: os cidadãos. Os observatórios cidadãos são resultado da união de iniciativas cidadãs e coletivas que tendem a monitorar as ações públicas para exigir maior rendição de contas e exercer o controle social, com o propósito de evitar o uso arbitrário do poder. Segundo a autora, essa tipologia de OS está conformada por membros da sociedade civil organizada, por meio de comunicação e por pesquisas e propostas que

incidem nas decisões públicas. Segundo Luna Salazar (2016), os observatórios cidadãos constituem um conjunto de instituições que reforçam a democracia e a prática dos direitos humanos e as liberdades, promovendo a aproximação dos cidadãos aos que ostentam legitimamente o poder. Também estabelece que esses OS fortalecem a transparência e a rendição de contas quando analisam, processam e disseminam informação oportuna e veraz à opinião pública e às autoridades, com o objetivo de implementar políticas públicas mais próximas aos interesses e necessidades dos cidadãos. Sob esses supostos, Luna Salazar (2016) analisou o desenvolvimento e o funcionamento da Red Mexicana de Ciudades Justas Democráticas y Sustentables, com o objetivo de evidenciar o comportamento desse novo mecanismo cidadão de controle do poder, impulsionado pela sociedade civil: os observatórios cidadãos.

No contexto do ensino superior, Moyares Norchales e Infante Abreu (2016) caracterizam os observatórios tecnológicos — conceito previamente analisado por Moreno-Espino *et al.* (2014) — visando revelar os aspectos comuns e relevantes que possam servir como referência para universidades interessadas em criar OS. As autoras analisaram quatro OS com base em cinco indicadores: objetivos dos OS; fases do processo de vigilância tecnológica, ferramentas tecnológicas, carteira de produtos de vigilância tecnológica e metodologia de trabalho. De forma geral, os observatórios analisados pelas autoras apresentam metodologias e processos de vigilância tecnológica implícitos, sem declarar quais ações desenvolvem em suas atividades de observação. Moyares Norchales e Infante Abreu (2016) concluem que os componentes característicos desses observatórios analisados são bastante heterogêneos e dependem dos objetivos da vigilância de cada um.

A maioria das pesquisas desenvolvidas na última década sobre OS na comunidade ibero-americana está situada no contexto brasileiro e analisa os OS que conformam a rede do OSB. Esses trabalhos analisam o impacto social do OSB no controle social e na gestão pública. Um exemplo é a análise desenvolvida por Queiroz (2017), que investiga como e com qual intensidade o OSB tem contribuído como instrumento de controle social da gestão pública no Brasil. Essa pesquisa identificou que os OS municipais que compõem a rede do OSB, entre os anos 2015-2017, contribuíram para uma economia estimada aos cofres públicos acima de R\$ 810.254.821,48 (milhões de reais), valores identificados pela metodologia de apuração dos

OS (Queiroz, 2017). Esse valor foi alcançado em função de 7.988 projetos efetivados com a participação de 1.486 membros voluntários. Segundo Queiroz (2017), os resultados apurados são expressivos e sinalizam que o controle social da gestão pública implica em ganhos de qualidade, economia e melhor aplicação dos recursos públicos em benefícios dos cidadãos.

De outra parte, os pesquisadores Sager e Bossi (2017) da Fundação João Pinheiro e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Brasil, respectivamente, também analisaram os OS no Brasil como ferramentas de controle cidadão. Em seu estudo, os autores desenvolveram uma discussão sobre os principais conceitos relacionados ao controle social e à cidadania no contexto dos OS brasileiros, especificamente no OSB. Os autores mostraram a importância de estudar o seu funcionamento como forma de contribuir para o avanço da gestão pública no Brasil. Sager e Bossi (2017) concluíram que os OS:

[...] têm potencial de serem o começo de grandes mudanças na sociedade brasileira, trazendo informações e conhecimentos para a população de forma a empoderá-la para um novo modo de vida, em comunidade, com uma gestão mais austera, observando os princípios da economia, eficiência e eficácia (Sager; Bossi, 2017, p. 838).

Sob o mesmo olhar, De Bona e Boeira (2018) desenvolveram um estudo de caso que visa interpretar as representações sociais que caracterizam o OSB, sua identidade, desafios e perspectivas organizacionais na coordenação da Rede OSB de controle social. Segundo as análises realizadas pelos autores, baseadas no paradigma da complexidade ou pensamento complexo proposto por Edgar Morin, para legitimar a atuação do OSB, os seus coordenadores viabilizam parcerias e adotam uma postura de isenção partidária, preservação da imagem do agente público, profissionalização e padronização de procedimentos. De Bona e Boeira (2018) concluem, entre outras questões, que a aproximação do OSB com partidos políticos é um desafio estratégico e merece ser objeto de futuros estudos sobre a rede.

No contexto agropecuário do Brasil, destaca-se o estudo de Schmidt e Silva (2018), no qual propõem um modelo de observatório voltado para o monitoramento e identificação de tendências tecnológicas nas cadeias produtivas do agronegócio. O modelo, destinado às instituições de ciência e tecnologia agropecuárias, busca, por meio de um processo sistemático,

identificar áreas estratégicas de pesquisa e tecnologias emergentes. A principal forma de atuação do modelo é a interação entre pesquisadores e os atores da cadeia produtiva, sendo estruturada em eixos básicos que incluem dimensões como variáveis, produtos, indicadores e público-alvo. Schmidt e Silva (2018) entendem que o modelo proposto poderá se constituir em um espaço de competência, capaz de subsidiar os processos de tomada de decisão sobre os temas e áreas prioritárias de pesquisa, com base em evidências e percepções do futuro. Os autores afirmam que o modelo oferece um ambiente para a obtenção de consensos, identificação de oportunidade e parcerias, tornando-se um agente capaz de fornecer subsídios técnicos de alto nível e visões antecipadas para tomada de decisões estratégicas.

Barros, Vasconcellos e Vasconcellos Sobrinho (2015) desenvolveram um estudo sobre como um OS pode se constituir em um novo espaço de relações entre a sociedade civil e o governo, bem como sua incidência na política pública em Belém, na Amazônia brasileira. Os autores analisam em que medida um OS pode atuar como um espaço de diálogo construtivo para a implementação e gestão de políticas públicas de mobilidade urbana no âmbito municipal. Também explicam que, embora os OS tenham surgido com o objetivo inicial de supervisionar o uso de recursos públicos pelo governo local, avaliando a qualidade da administração pública e da transparência, posteriormente assumiram papéis além dessa análise da transparência pública. Destacam, por exemplo, a incorporação de perspectivas de responsabilidade e a análise das necessidades e demandas da sociedade. De forma geral, Barros, Vasconcellos e Vasconcellos Sobrinho (2015) entendem que os OS abriram seu escopo de ação ao longo de seu processo evolutivo e, atualmente, tentam contribuir com a administração pública para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida das cidades como um todo. Os autores concluem apresentando uma proposta de conceito de OS sob uma abordagem social:

Conclui-se que o Observatório Social constitui um novo espaço para relações positivas entre a sociedade civil e o governo, contribuindo para a melhoria das políticas públicas locais. Apresenta-se como um modelo de gestão diferente, que visa envolver a participação das pessoas com conhecimento e interesse na elaboração, implementação e ações de políticas públicas (Barros; Vasconcellos; Vasconcellos Sobrinho, 2015, p. 734).

De forma geral, a maioria dos trabalhos analisados no período de 2010 até 2019 focou nos OS como instrumentos de controle cidadão, controle social, controle fiscal e accountability. Esses estudos, entretanto, desenvolveram poucas análises teóricas sobre a conceituação do termo “observatório social”, especialmente no que se refere à sua etimologia ou aos métodos utilizados no monitoramento de informação. Além disso, a maioria desses trabalhos não deu continuidade às reflexões teóricas iniciadas uma década antes, que destacavam a importância de formalizar o conceito de “observatório social” e de definir os princípios que regem o correto funcionamento dos OS enquanto sistemas ou recursos de informação vitais para a tomada de decisões estratégicas em diversos âmbitos da sociedade.

Os trabalhos de Guerrero Pérez (2011) e Guerrero Pérez e Nassif (2017) estão entre os estudos desse período que analisam e tentam definir, sob a perspectiva da Ciência da Informação, os OS. Por exemplo, Guerrero Pérez (2011) desenvolveu um estudo teórico-conceitual sobre os OS, oferecendo definições e teorias sobre a sua origem e evolução na Web. Sob a abordagem da Ciência da Informação, o autor sugeriu um conceito de OS considerando parâmetros e variáveis recorrentes no seu processo de evolução e desenvolvimento, além de propor uma tipificação de OS de acordo com a temática que eles observam e analisam.

Guerrero Pérez e Nassif (2017) identificaram fatores de influência na avaliação dos OS brasileiros sob a perspectiva da GI. Nesse trabalho, foi realizada uma reflexão teórica sobre os OS e a sua importância como sistemas de vigilância informacional. As autoras definem os OS como recursos de informação digital que contêm, geram e fornecem outros recursos de informação com alto valor agregado, projetados para apoiar a tomada de decisão em organizações. Baseados nesses pressupostos teóricos, Guerrero Pérez e Nassif (2017) sugerem que a GI é o instrumento essencial dos OS para cumprir sua missão social. Essa dinâmica reside no processo sistemático de encontrar, selecionar, organizar, apresentar e compartilhar informação para transformá-la, por meio da prática colaborativa, em conhecimento para a ação. Na pesquisa de Guerrero Pérez e Nassif (2017) também se identificaram os parâmetros e indicadores de maior influência que contribuem para a avaliação dos OS, visando apoiar a geração de conhecimento e o desenvolvimento da inteligência social nesses sistemas de vigilância informacional.

O estudo realizado por Sarmiento Reyes, Delgado Fernandez e Infante Abreu (2019) se destaca na revisão bibliográfica por sua análise de uma amostra de 61 OS de diversos temas, sendo a maioria na região ibero-americana. Os autores identificaram os elementos mais significativos que devem ser considerados no design de um observatório, propondo um conjunto de sugestões e elementos básicos. Entre as sugestões propostas por Sarmiento Reyes, Delgado Fernandez e Infante Abreu (2019), encontram-se as seguintes:

- Conceituar a definição do observatório considerando os antecedentes, delimitar o alcance e objetivo;
- Definir o objetivo geral do observatório;
- Estabelecer os objetivos específicos;
- Possuir clareza das tarefas que serão realizadas (definir a missão e a visão);
- Elaborar os valores a serem compartilhados pelo observatório;
- Identificar os processos a serem desenvolvidos;
- Elaborar a carteira de produtos e serviços de acordo com as necessidades, a demanda por informação e as possibilidades reais da estrutura do observatório;
- Definir os clientes e usuários-alvo, tendo como conta as saídas do observatório;
- Definir as dimensões e os eixos do observatório;
- Determinar a localização física ou virtual para realizar a alocação de recursos humanos e materiais;
- Desenhar ferramentas e instrumentos de coleta de informação padronizados;
- Apoiar o uso de novas tecnologias;

- Selecionar as técnicas e programas para o processamento e análise de dados;
- Estabelecer o procedimento para o uso e gerenciamento de informação com a proteção e fiabilidade dos dados;
- Elaborar toda a documentação necessária para o correto funcionamento do observatório.

Sarmiento Reyes, Delgado Fernandez e Infante Abreu (2019) estabeleceram que os OS podem ser classificados em três dimensões macros: ambiental, econômica e social, as quais não são excludentes e possuem enfoques de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Segundo os autores, embora existam diversas definições para o termo “observatório”, há consenso de que seu propósito reside na identificação, coleta, processamento e gestão de dados e de informação sistemática, periódica e objetiva, mediante técnicas, procedimentos e metodologias apoiadas nas TIC. Os autores destacam que, na estruturação e implementação de um OS devem se considerados fatores como objetivos, tipologias, dimensões, alcance, valores, atores, partes interessadas, responsabilidades, requisitos dos usuários, processos, procedimentos, bem como produtos e serviços, de forma a contribuir para a tomada de decisão com base no conhecimento de alto nível e no valor agregado gerado.

2.4 CONSTRUINDO UM CONCEITO

A revisão teórica realizada anteriormente sobre as pesquisas que analisam e estudam os OS revelou que ainda persiste a necessidade latente de continuar com o debate teórico desse fenômeno informacional, especificamente sob o olhar da Ciência da Informação. A análise de seus primórdios, suas funções, seus objetivos principais, suas metodologias utilizadas no monitoramento de informação, bem como dos serviços e produtos oferecidos, constitui um conjunto de aspectos de vital importância para o sucesso atual e futuro dos OS na sociedade contemporânea.

Os pressupostos teóricos analisados neste capítulo trazem à luz elementos significativos para compreender o significado dos OS. Na tentativa de definição dos OS sob a abordagem da Ciência da Informação, é importante destacar, como premissa, que se constituem como uma entidade virtual com extensão do real, cujos eixos de análise se desenvolvem a partir da matéria prima que é a informação.

Especificamente, os OS podem ser definidos como um modelo específico de recursos de informação digital que coleta, processa, cria, armazena e dissemina outros recursos de informação (essencialmente com valor agregado), com o objetivo de apoiar a tomada de decisões em diversos âmbitos. De forma geral e sob uma perspectiva mais social, os OS também constituem instâncias estratégicas de informação, no espaço virtual, que criam valor de forma exponencial para contribuir para a análise de políticas públicas e do desenvolvimento social.

2.4.1 OBSERVATÓRIO DIGITAL

Complementar à visão dos OS, surge a discussão acerca dos Observatórios Digitais, que podem ser entendidos como relacionados aos OS. Dessa forma, os Observatórios Digitais se vinculam aos OS, mas estão inseridos na era da informação digital. Mantêm a mesma proposta de monitorar, analisar e disseminar dados relevantes, com a característica de se apoiar em tecnologias digitais, capazes de ampliar seu alcance. Busca-se uma definição de Observatórios Digitais que esteja ligada à capacidade de processar e tratar de grandes volumes de dados, transformando-os em informações significativas para orientar a tomada de decisão nos mais diversos contextos.

Ademais, destaca-se que, no ambiente digital, os Observatórios Digitais são capazes de extrapolar fronteiras geográficas e temporais, possibilitando o acesso instantâneo e contínuo a informações atualizadas de diversos contextos. Essa característica tem a capacidade tanto de ampliar o espectro de análise, quanto de fortalecer a capacidade de resposta das instituições às demandas da sociedade. Assim, os dados coletados e processados por esses observatórios podem possuir uma abordagem dinâmica, integrando diferentes fontes de dados, como sistemas governamentais, ambientes web abertos, mídias sociais, bases de dados acadêmicas, entre outras.

A articulação desse ambiente informacional digital pode, portanto, reunir dados estratégicos que apoiem a tomada de decisão e contribuam para a formulação de políticas públicas.

Destaca-se, ainda, que os Observatórios Digitais podem utilizar tecnologias de coleta, processamento, tratamento e visualização de dados para criar um ambiente capaz de tratar grandes quantidades de dados, além de relacioná-los e integrá-los a diversos outros sistemas. Dessa forma, podem apoiar de forma significativa a gestão pública e privada.

Ressalta-se que essa conceituação necessita de um aprofundamento teórico e maiores debates, visando inserir elementos descritivos e comparativos entre observatórios digitais e sociais.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido pelos OS nas últimas décadas demonstra sua capacidade de contribuir ativamente para a democratização da informação, caracterizada por ser oportuna, organizada e confiável. Os OS não apenas oferecem acesso à informação por meio de serviços e produtos, mas também promovem a transparência nos processos de monitoramento informacional, garantindo a produção contínua de informações credíveis do ponto de vista metodológico e técnico.

Compreende-se que os OS desempenham um papel relevante na consolidação de uma sociedade ativamente envolvida no conhecimento, no exercício e exigência de seus direitos, ao mesmo tempo que promovem a consolidação de um Estado com fortaleza institucional, capaz de cumprir suas obrigações. Supervisionar a realização progressiva dos direitos, mostrar e vigiar a continuidade das melhorias, incentivar os ajustes normativos, assegurar a equidade e a não discriminação dos grupos vulneráveis são alguns dos objetivos sociais mais importantes dos OS na atualidade. Por meio dessas ações, os OS buscam alcançar o objetivo maior de justiça social.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. Finanças públicas, democracia e accountability. *In*: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (org.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

ALBORNOZ, L. A.; HERSCHMANN, M. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. **E-Compós**, Brasília, v. 7, p. 1-20, dez. 2006. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/102>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ANGULO MARCIAL, N. ¿Qué son los observatorios y cuáles son sus funciones? **Innovación Educativa**, [s. l.], v. 9, n. 47, p. 5-17, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179414895002>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ANTUNES, A. M. S.; MANGUEIRA, A. C. S. A importância do observatório de atividades industriais vis-a-vis tendências em ciência, tecnologia e inovação. **Química Nova**, São Paulo, v. 28, suplemento, p. 112-118, 2005. Disponível em: <https://quimicanova.sbq.org.br/default.asp?ed=116>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BACK, S. **Modelo de observatório para apoio ao processo de inovação nas organizações**: aplicação para as indústrias brasileiras de bens de capital. 2016. 376 p. Tese (Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167762>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BARGER, M. **Hacia la construcción de un observatorio de ciencia y tecnología**. Bogotá: Colciencias, 1996. Disponível em: <https://ridaa.unq.edu.ar/bitstream/handle/20.500.11807/1113/14-R1996v3n8.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BARROS, J. N.; VASCONCELLOS, A. M. A.; VASCONCELLOS SOBRIHO, M. Observatório social: participação da sociedade civil nas políticas públicas no município? *In*: COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE-CODS, 6., 2015, Amazônia. **Anais**

[...]. Amazônia: UNAMA, 2015. p. 21-36. Disponível em: <https://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/371>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BROULLÓN PASTORIZA, G.; HERNÁNDEZ SOTO, T.; LÓPEZ GARCÍA, X.; PEREIRA, J. Los observatorios de comunicación. **Chasqui**, Quito, n. 090, p. 38-45, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/160/16009008.pdf>. Acesso em 15 nov. 2024.

DE BONA, R. S.; BOEIRA, S. L. O Observatório Social do Brasil e os desafios organizacionais do controle social. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 23, n. 75, p. 215-234, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/73946>. Acesso em: 10 nov. 2024.

DE LA VEGA, I. Tipología de Observatorios de Ciencia y Tecnología. Los casos de América Latina y Europa. **Revista Española de Documentación Científica**, [s. l.], v. 30, n. 4, p. 545-552, oct./dic. 2007. Disponível em: <https://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/404>. Acesso em: 11 nov. 2024.

DE LA VEGA, I. Un observatorio de ciencia, tecnología e innovación para venezuela. **CDC**, Caracas, v. 19, n. 51, p. 65-81, sept. 2002. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082002000300005. Acesso em: 11 nov. 2024.

ENJUTO, N. Razón de ser de los observatorios. In: PORRAS, M.; BILHÃO, M.S.; VÁSQUEZ, O.; BURGUENO, M. M. I.; VIDAL, P.; MONTES, G.; GUTIÉRREZ, J. E. C. (org.). **Observando observatorios**: ¿nuevos agentes en el tercer sector? Madrid: Plataforma del Voluntariado de España, 2010. Cap. 4.

FRAUSTO MARTÍNEZ, M. C. O.; THOMAS IHL, M. C. Observatorios urbanos e indicadores de género y violencia social. **Revista Digital Universitaria**, Ciudad de México, v. 9, n. 7, p. 1-18, jul. 2008. Disponível em: <https://www.revista.unam.mx/vol.9/num7/art44/art44.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GETINO, O. Observatorios de Políticas Culturales: experiencias locales y regionales. *In*: ENCuentro INTERNACIONAL SOBRE DIVERSIDAD CULTURAL, 2., 2004, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires: Secretaria de Cultura, 2004. Disponível em: <https://www.buenosaires.gob.ar/areas/cultura/institucionales/documentos/libro2004.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GIMENEZ, C.; VALENTE, X. Observatorio de Derechos Sociales de Venezuela: fundamentos conceptuales y metodológicos. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, Caracas, v. 14, n. 2, p. 43-67, jul./dic. 2008. DOI: <https://doi.org/10.54642/rvac.v14i2.1050>. Disponível em: http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_ac/article/view/10505/10247. Acesso em: 11 nov. 2024.

GREGORIO GRÁCIA, C. **Observatorios ciudadanos de la administración de justicia penal: ¿cómo incidir desde un observatorio?**. [S. l: s. n, 2007?]. Disponível em: <http://www.iijusticia.edu.ar/docs/observatorios.htm>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GUERRERO PÉREZ, L. Los Observatorios Sociales: Construcción de espacios para la generación de conocimientos y el desarrollo de la inteligencia social. **Investigación Tecnológica**, [s. l.], v. 17, n. 4, 2011.

GUERRERO PÉREZ, L.; NASSIF, M. E. Fatores de influência na avaliação dos Observatórios Sociais do Brasil sob a perspectiva da Gestão de Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 3., p. 31-48, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/33529/18968>. Acesso em: 12 nov. 2024.

HERRERA DAMAS, S. Los observatorios de medios en Latinoamérica: elementos comunes y rasgos diferenciales. **Question/Cuestión**, La Plata v. 1, n. 10, p. 55-76, abr./jul. 2006. Disponível em: <https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/182>. Acesso em: 15 nov. 2024.

HORSBURGH, J. S.; TARBOTON, David G.; MAIDMENT, David R.; ZASLAVSKY. Components of an environmental observatory information system. **Computers & Geosciences**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 207-218, 2011.

HUSILLOS, J. La organización municipal y la adaptación de los servicios públicos. *Círculo para la calidad de los servicios públicos de l'Hospitalet. In: SEMINARIO INMIGRACIÓN Y GOBIERNO LOCAL. EXPERIENCIAS Y RETOS*, 4., 2006, Barcelona. **Anais** [...]. Barcelona: CIDOB, 2006. p. 149-153.

LUNA SALAZAR, A. G. Los observatorios ciudadanos como estrategias de acción colectiva para el fortalecimiento de la rendición de cuentas social en México: estudio de caso red mexicana por ciudades justas democráticas y sustentables. **Praxis Sociológica**, Castilla-La Mancha, n. 21, p. 195-212, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/480828>. Acesso em: 17 nov. 2024.

MATTELART, A. Experto belga pide observatorio de los medios. *In: FORO DE LAS AMÉRICAS*, 1., 2004, Quito. **Anais** [...]. Quito: [s. n.] 2004.

MORENO-ESPINO, M. *et al.* Un observatorio tecnológico proactivo a partir del Modelado Social. **Ciencias de la Información**, La Habana, v. 45, n. 1, p. 31-42, enero/abr. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1814/181431233004.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MOYARES NORCHALES, Y.; INFANTE ABREU, M. B. Caracterización de los observatorios como plataformas para la gestión de la vigilancia tecnológica en el sector de la Educación Superior. **Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento**, v. 13, n. 1, p. 11-27, enero/abr. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/823/82346016002/html/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PARREIRAS, V. M. A.; ANTUNES, A. M. S. Aplicação de foresight e inteligência competitiva em um centro de P&D empresarial por meio de um observatório de tendências: desafios e benefícios. **Gestão & Conexões**, Vitória, ES, v. 1, n. 1, p. 55-73, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.13071/regec.2317-5087.2013.1.1.3908.55-73>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/3908>. Acesso em 12 nov. 2024.

QUEIROZ, L. D. **Observatório Social do Brasil**: instrumento de controle social da gestão pública. 2017. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão Organizacional) - Programa de Pós-Graduação em Gestão

Organizacional, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19767/1/ObservatorioSocialBrasil.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

REY, G. **Ver desde la Ciudadanía**: Observatorios y Veedurías de Medios de Comunicación en América Latina. Buenos Aires: FES /Promefes, 2003. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/kolumbien/04198.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RIVERA-GONZÁLEZ, M. A.; RUBIANO-ARANZALES, E. El observatorio: una herramienta para el sector social, cooperativo y solidario en la región Tolima. **Cooperativismo & Desarrollo**, Bogotá, v. 24, n. 109, p. 120-132, 2016. DOI: <https://doi.org/10.16925/co.v24i109.1510>. Disponível em: <https://revistas.ucc.edu.co/index.php/co/article/view/1510>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SAGER, I.; BOSSI, A. Observatórios sociais: o poder do cidadão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 2., 2017, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: ENEPCP, 2017. p. 828-840.

SANABRIATÉLLEZ, J. A.; CUBILLOS RODRÍGUEZ, M. C. Observatorio en Emprendimiento: una postura desde la Facultad de Ciencias Administrativas y Contables de la Universidad de La Salle. **Revista de la Universidad de la Salle**, v. 1, n. 64, p. 111-130, enero 2014. Disponível em: <https://revistauls.lasalle.edu.co/article/view/2251>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SARMIENTO REYES, Y. R.; DELGADO FERNANDEZ, M.; INFANTE ABREU, M. B. Observatorios: clasificación y concepción en el contexto iberoamericano. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, La Habana, v. 30, n. 2, p. 13-35, 2019. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2307-2113201900020000. Acesso em: 12 nov. 2024.

SCHMIDT, N. S.; SILVA, C. L. Observatório como instrumento de perspectiva estratégica para as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 2, p. 387-400, abr./jun. 2018. DOI: <https://dx.doi.org/10.20435/inter.v19i2.1689>. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1689>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SCHOMMER, P. C.; MORAES, R. L.; NUNES, J. T.; CLAUDINO, J. **Observatórios Sociais voltados à cidadania e à educação fiscal no Brasil**: estrutura e atuação. Relatório Técnico de Pesquisa. Florianópolis: UDESC/ESAG, 2011.

SCHOMMER, P. C.; MORAES, R. L. Observatórios sociais como promotores de controle social e accountability: reflexões a partir da experiência do Observatório Social de Itajaí. **Gestão.Org**: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, Recife, v. 8, n. 3, p. 298-326, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaoorg/article/view/21657/1833>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SCHOMMER, P. C.; NUNES, J. T.; MORAES, R. L. Accountability, controle social e coprodução do bem público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal. **Publicações da Escola da AGU**, Brasília, v. 1, n. 18, p. 229-258, 2012. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/EAGU/article/view/1595>. Acesso em: 12 nov. 2024.

TELLÉZ GARZÓN, M. P. Observatorios y veedurías: experiencias de crítica mediática y de construcción de ciudadanía. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, v. 30, n. 60, p. 166-185, enero/jun. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/860/86023575012.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.

TESTA, P. Indicadores científicos y tecnológicos en Venezuela: de las encuestas de potencial al observatorio de ciencia, tecnología e innovación. **Cadernos del Cendes**, [s. l.], v. 19, n. 51, p. 43-64, 2002. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082002000300004&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 12 nov. 2024.

UN-ESCWA. **Social Observatories**: information kit. [S. l.: s. n.], Aug. 2008. Disponível em: <https://www.unescwa.org/publications/social-observatories-information-kit>. Acesso em: 12 nov. 2024.

URDAPILLETA MEZA, A. M. Observatorio de violencia social y de género en Torreón. **Buenaval**, [s. l.], n. 2, p. 103-114, 2006.

VALENZUELA MONTES, L. M.; SORIA LARA, J. A. Observatorios territoriales y urbanos en Europa ¿entidades pasivas o instrumentos operativos para la planificación? **Ciudad y Territorio Estudios Territoriales (CyTET)**, [s. l.], v. 43, n. 168, p. 243-260, 2011. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/CyTET/article/view/76051>. Acesso em: 12 nov. 2024.

VALLEJO MORENO, A.; ADELAIDA ECHAVARRÍA, M.; URIBÉ LONDOÑO, M. A. Observatorios y redes de cooperación internacional. Revista de **Negocios Internacionales**, Medellín, v. 2, n. 1, p. 52-66, 2009. Disponível em: <https://publicaciones.eafit.edu.co/index.php/rni/article/view/306>. Acesso em: 06 dez. 2024.

VINCK, D. Experiencias y orientaciones de observatorios de ciencia y tecnología en Francia. In: BARGERÓ, M. *et al.* **Hacia la construcción de un observatorio de ciencia y tecnología**. Bogotá: Colciencias, 1996. p. 27- 40.

Como citar o capítulo: GUERRERO PÉREZ, Lisandra; NASSIF, Mônica Erichsen. Observatórios sociais. In: MACEDO, Diego José; CONEGLIAN, Caio Saraiva (org.). **Estudos em observatórios: conceitos, modelo e aplicações**. Brasília, DF: Editora IbiCT, 2025. Cap. 2, p. 31-60. DOI: 10.22477/9788570131973.cap2.